

# Mais medidas em estudo

por Carlo Iberê de Freitas  
de Brasília

O novo pacote fiscal do governo, que deverá ser enviado ao Congresso depois da votação da Constituinte, prevê declaração semestral de Imposto de Renda para as empresas e vai além. Duas medidas ainda não definidas, mas estão sendo estudadas e atingiriam as 3 mil maiores empresas do País: a taxação sobre o diferencial do lucro financeiro e despesas gerais, ou um empréstimo compulsório sobre a variação patrimonial destas empresas.

Para os bancos privados o governo reservou a redução do prazo que eles ficam com o dinheiro arrecadado em impostos. As instituições financeiras ficam durante quinze dias com os recursos. O novo prazo para repasse deve ficar em três dias. As informações são do presidente da Comissão de Economia da Câmara, deputado Ralph Biasi (PMDB-SP). O parlamentar manteve reuniões, ontem, com os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e com o do Planejamento, João Sayad.

Para as aplicações em "open market", o pacote do governo muda as atuais regras no que diz respeito à cobrança do Imposto de Renda. A partir de agora, com a aplicação das novas medidas, em vez de Imposto de Renda, os aplicadores pagarão IOF. A aplicação do Imposto sobre Operações Financeiras visa promover um ganho menor destas aplica-



Ralph Biasi

ções que a correção monetária. A medida beneficia as aplicações a longo prazo. Já nas aplicações em CDB e ORTN o pagamento do Imposto de Renda será feito no ato da compra.

Segundo o deputado Ralph Biasi, ficará isento do pagamento de Imposto de Renda quem ganhar até seis salários mínimos. Terão redução de imposto cobrado na fonte os que ganham até trinta salários, e aumentado o desconto na fonte quem ganha mais de cinqüenta salários. Para a faixa de trinta a cinqüenta salários mínimos o pacote não prevê nenhuma modificação, informa o presidente da comissão de economia. Nas bolsas de valores será cobrado IOF sobre as operações a termo, de opções e futuras.